

O Brasil e o Futuro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

LEONARDO PAZ NEVES

■ “*Speak softly and carry a blank cheque*”. Essa foi a maneira pela qual a conceituada revista *The Economist* qualificou o recente ímpeto da política de cooperação brasileira. Na opinião da revista, o Brasil buscava se consolidar enquanto um ator global, tendo se transformado, naquele período, em um dos maiores ‘doadores’ internacionais, ainda que tal movimento não esteja atraindo muita atenção.

De fato, tal qual outros países em desenvolvimento, ou outras potências emergentes, o Brasil viu sua economia crescer, consideravelmente, nos últimos anos, sobretudo no início do século XXI, aproveitando um cenário internacional favorável. Aliado a esse crescimento, o nosso País, tal como outros emergentes, começou a se aventurar de maneira mais arrojada no campo da cooperação internacional. Não que esse fosse um campo desconhecido para o Brasil. Boa parte das atuais potências médias já praticava assistência e/ou cooperação há algumas décadas – como é o caso do Brasil, da China, Turquia e outros, porém, em menor escala. Virtualmente todos os países em desenvolvimento tiveram experiência como receptores de assistência tradicional. Deste modo, esses novos atores do sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento possuíam uma dupla experiência, de receptor e provedor (ainda que a escala do volume de assistência recebida fosse muito superior ao volume de recursos providos por eles).

Apenas, recentemente, o aumento exponencial do número de ações e do volume de recursos da política de cooperação internacional para o desenvolvimento do Brasil começou a chamar a atenção. É possível identificar algumas causas para entender por que as políticas do Brasil passaram quase despercebidas dos países do CAD até tão pouco tempo.

O fato de o Brasil ser uma democracia bem estabelecida, com poucos imperativos de segurança na sua região e poucas aspirações geopolíticas, fez com que ele não seja um item permanente na agenda de segurança dos países desenvolvidos. Em segundo lugar, a cooperação brasileira, pelo menos a mais visível, é composta por grandes projetos de agricultura, saúde e uma ampla rede de compartilhamento de tecnologias sociais, quase todas em consonância com os objetivos do milênio da ONU. Em terceiro, a cooperação técnica brasileira utiliza funcionários públicos ao invés de contratar consultores. Esse modelo reduz drasticamente os custos dos projetos, na medida em que as horas técnicas pagas aos ‘operadores’ da cooperação são ‘amortizados’ pelos salários, por eles já recebidos em suas instituições de origem. Dessa forma, em termos de volume de recursos financeiros, a cooperação brasileira é geralmente subdimensionada (Burges, 2014; Saravia, 2012). Em quarto lugar, o programa de cooperação brasileiro não se institucionalizou suficientemente para oferecer supervisão e/ou coordenação nas mais diversas ações de cooperação promovidas pelo país, seja nas instituições públicas ou privadas.

Essas razões ajudam a explicar o fato do país não ter tido conhecimento durante tanto tempo do quanto realmente gasta com suas iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Se por um lado o orçamento da Agência Brasileira de Cooperação era de apenas US\$ 30 milhões de dólares em 2010, por outro, as doações brasileiras em alimentos para o Programa Mundial de Alimentos era da ordem de US\$ 300 milhões de dólares, sem contar os gastos feitos para as políticas de assistência em Gaza, Haiti, os empréstimos subsidiados pelo BNDES a países em desenvolvimento, etc. Dessa forma, até muito recentemente era difícil para qualquer um ter clareza da dimensão do real volume da assistência e cooperação do Brasil. Por último, as ações brasileiras de assistência podem não ter chamado muito a atenção internacional em função do grande foco que a comunidade internacional destinava à China, pelo impressionante volume de recursos que ela vinha investindo em seu programa de assistência. Outro foco de atenção era para países (aos quais a China também se incluiria) que praticariam “*toxic aid*” (Naín, 2007) ao apoiarem regimes autoritários que violam direitos humanos, ou na tentativa de afastá-los da esfera de influência norte americana (Venezuela, por exemplo).

As políticas de cooperação de um conjunto de países, como China e Venezuela chamaram mais atenção pelo caráter “politicamente não alinhado” com o *mainstream* tradicional, e pelo enorme volume de recursos e abrangência geográfica do programa chinês. Este fato deixou o programa brasileiro em segun-

do plano. Pelo outro lado, é justamente a tendência, quase que generalizada, de potências médias ou emergentes investirem pesadamente em programas de cooperação que acabou por chamar a atenção para o fenômeno como um todo e, por consequência, para o Brasil.

Também é interessante ressaltar que o programa brasileiro de cooperação tem se destacado por oferecer uma modalidade muito particular, que alguns autores (White, 2013; Muggah e Hamann, 2011) e o próprio ex-diretor da ABC, ministro Marco Farani, chamam de ‘*Brazilian way*’ de promover cooperação. Essa cooperação ‘à brasileira’ parece ser fruto de um conjunto de características que oferecem ao país vantagem comparativa em relação aos doadores tradicionais (Cabral e Weinstock, 2010). Entre elas, podemos citar: I. o Brasil é tanto provedor quanto receptor de assistência e cooperação, o que lhe permite uma visão mais abrangente do processo, pois conhece bem o ponto de vista do receptor; II. o sentimento de reciprocidade em função de um passado colonial compartilhado; III. ausência de condicionalidades no seu programa de cooperação; IV. uso de aprendizado proveniente de seu próprio processo de desenvolvimento, o que lhe permite compartilhar tecnologias sociais ‘testadas’ em próprio solo para problemas semelhantes aos dos países receptores; e V. o Brasil possui algumas ‘ilhas de excelência’ que concentram importante *expertise* como em Agricultura (Embrapa) e em Saúde (Fiocruz) tropical, que também se adequam bem às realidades climáticas da maior parte dos países com os quais o Brasil coopera (Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014).

DAS POLÍTICAS DE RECEBIMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

■ A experiência do Brasil em termos de cooperação é razoavelmente antiga. Até a década de 1970, o país era basicamente receptor de assistência para o desenvolvimento. Como parte da sua recente ascensão econômica e com a implementação de um projeto político de projeção internacional no Governo Lula, o Brasil engajou-se de maneira vigorosa na vertente da cooperação sul-sul. Esse aumento de importância dado pelo governo nas suas atividades de cooperação, rapidamente chamou a atenção da sociedade (doméstica e internacional), que por sua vez passou a observar o tema e a buscar caracterizá-lo.

Entre a década de 1950 e fins da década de 1970, a política externa brasileira estava engajada no sistema tradicional de assistência, ou seja, no modelo de assistência norte-sul. Apesar de o Brasil ter sido, naquele período, basicamen-

te receptor de assistência, tanto bilateral quanto multilateral alguns especialistas (Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014) indicam que o país nunca foi um dos principais destinos da assistência internacional. Esse elemento é interessante, pois significa que os recursos recebidos pelo Brasil estavam aquém de suas expectativas, o que causou ressentimento em relação aos doadores tradicionais, sobretudo aos Estados Unidos. Os programas dos Estados Unidos para o país eram muitas vezes considerados demasiado modestos e pontuais, diferentemente de outras regiões do mundo como Oriente Médio, África e leste da Ásia (Ayllón, Nogueira e Puerto apud Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014).

O ressentimento em relação aos modestos programas dirigidos ao país tem algo de paradoxal, pois apesar dele ser considerado modesto, por um lado faz parte da narrativa do Brasil a ‘ampla’ experiência que ele tem enquanto um país receptor de cooperação (Hamann e Muggah, 2012). Por outro lado há também uma percepção de que a assistência recebida, sobretudo entre as décadas de 1960 até 1980, foram fundamentais para a formação e profissionalização de quadros da administração pública e para o estabelecimento de algumas ‘ilhas de excelência’ como a Embrapa, Fiocruz e SENAI (Cabral e Weinstock, 2010; Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014).

O perfil da assistência recebida pelo Brasil foi se transformando ao longo dos anos e se adaptando tanto ao crescimento do Brasil quanto a mudanças de paradigma no sistema de assistência para o desenvolvimento. Em um primeiro momento, concentrado entre as décadas de 1940-60 o perfil da assistência para o Brasil obedecia a uma percepção de que o desenvolvimento viria através de pesados investimentos em infraestrutura, setor produtivo e formação de quadros (Corrêa, 2010; Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014; Oliveira e Gonçalves, 2015). Havia ainda, nesse período, um forte componente de assistência humanitária relacionada à ajuda em segurança alimentar. O Brasil foi um grande receptor de assistência para aquisição de alimentos, com fortes subsídios tanto através de assistência bilateral, (EUA e Canadá eram dois grandes provedores) quanto multilateral (principalmente através de programas do Programa Mundial de Alimentos – PMA) (Oliveira e Gonçalves, 2015).

Nesse caso, os Estados Unidos foram um dos principais parceiros do Brasil em termos de assistência para o desenvolvimento. Contudo, essa relação não se deu de maneira simples. Alguns dos programas desenvolvidos pelos EUA, como a Aliança para o Progresso do Presidente americano Kennedy, não obtiveram os resultados esperados, pois a expectativa era que este programa fosse o equivalente ao ‘Plano Marshall’ para a América Latina (Loureiro, 2013).

Por outro lado, ainda mais complexos seriam os acordos da Public Law 480 e a relação com a United States Agency for International Development (USAID). O programa da Public Law 480 previa assistência alimentar internacional através de preços mais baixos e oferecimento de crédito para compra de excedentes da agroindústria norte americana, sendo o trigo um dos principais produtos. A Public Law, no entanto, teve um papel importante na expansão e consolidação internacional da agroindústria norte americana e foi considerada um dos principais fatores da fragilidade ou mesmo fim da cultura do trigo no Brasil (Pereira, 2013, Silva, 1992). A presença da USAID no Brasil tem contornos mais polêmicos, pois ela foi relacionada com o regime militar no Brasil, apoiando-o através de programas como o *Police Program* que visava a preparação de quadros de polícia para o enfrentamento de opositores e comunistas (Motta, 2010).

Já na década de 1970, o foco da assistência, bilateral e multilateral, gradualmente foi mudando para questões sociais, em especial em áreas rurais. Esse movimento estava alinhado com a mudança no paradigma dos países do CAD de tratar da questão dos *gaps* no campo de *'human needs'*. Nos anos 1980 o foco passaria a ser relacionado com ajustes e reformas econômicas e apoio à democracia. Neste caso a assistência era direcionada para organizações da sociedade civil – naturalmente, em função do regime militar vivido na época (Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014). Na década de 1990, as ideias de governança e dos ajustes macroeconômicos no âmbito do Consenso de Washington passariam a ser prioridade número um da atenção dos países doadores e das agências multilaterais (Banco Mundial e FMI, em especial). O século XXI inaugura um novo conjunto de prioridades nas áreas cobertas pela assistência tradicional no Brasil, que de certa maneira vigoram até os dias de hoje. As áreas priorizadas são: meio ambiente, direitos humanos e erradicação da pobreza extrema – ainda que outros setores como administração pública, educação e saúde também sejam contempladas.

O final da década de 1970 e a década de 1980 marcam um ponto de inflexão no perfil do Brasil no sistema de cooperação para o desenvolvimento. É neste período que o Brasil começa a receber cada vez menos assistência e passa a incrementar consideravelmente seu programa de cooperação sul-sul, sobretudo no que tange à cooperação técnica. Por um lado, a década de 1970 foi particularmente difícil para as potências ocidentais (em especial para os Estados Unidos), pois foi um período de fadiga dos países doadores (Di Ciommo e Amorim, 2015). Crises do petróleo, crises econômicas ajudam a explicar a mudança no paradigma de

assistência, que deixa de privilegiar projetos de infraestrutura de amplo escopo e passa a focar mais em projetos relacionados a questões sociais. Por outro lado, o crescimento acelerado experimentado pelo Brasil na década de 1970 acabou por distanciá-lo da média dos países do sul global, que ainda encontravam enormes desafios para o seu desenvolvimento. Esse crescimento do Brasil levou-o a uma condição na qual ele ‘perderia’ certos privilégios relacionados ao acesso a fontes de assistência (Oliveira e Gonçalves, 2015).

Ao mesmo tempo em que o Brasil passava a ter a assistência reduzida aumentavam, o escopo e o número de iniciativas de cooperação sul-sul aumentaram. Em 1978, a realização da Conferência de Buenos Aires significou um marco para a cooperação sul-sul do Brasil (Cabral e Weinstock, 2010). A conferência causou impacto imediato nas instituições que operavam essa cooperação. Ela impactou também no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que centralizava as ações de assistência vindas do sistema ONU no Brasil. Na década de 1980, quase todas as áreas internacionais dentro das instituições do governo brasileiro já estavam razoavelmente preparadas para atender às recomendações do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) (Oliveira e Gonçalves, 2015).

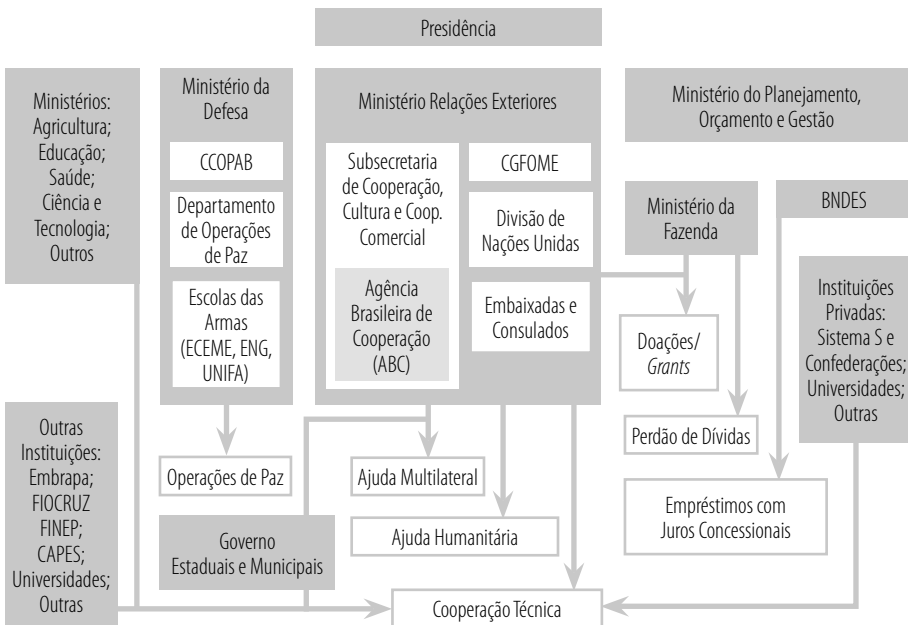
Se por um lado, do ponto de vista doméstico, o Brasil buscou superar suas limitações para acomodar as determinações do PABA no que tange à promoção de cooperação técnica, pelo outro, aparentemente essa mudança de perfil do Brasil acabou por atrair um grande número de parceiros, entre países menos desenvolvidos, que buscavam cooperação técnica com o Brasil.

A mudança no perfil da política de cooperação brasileira evidenciava que a arquitetura institucional de cooperação internacional para o desenvolvimento do país estava inadequada para a promoção de cooperação sul-sul. A Subsecretária de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin), que estava dentro da estrutura da Secretaria do Planejamento tinha institucionalizado o modelo norte-sul, uma vez que sua principal tarefa, até então, era a de receber assistência tradicional (Entrevista com Diógenes de Oliveira). Essa inadequação, segundo Oliveira e Gonçalves (2015), se dava por um conjunto de disfunções: I. significativa redução dos volumes de assistência recebida, tanto de fontes bilaterais quanto multilaterais devido ao acelerado desenvolvimento econômico nacional, que acabou por graduar o país, reduzindo assim seu acesso a fontes de recursos; II. um intenso esforço em implementar o programa de formação de quadros de governo junto a países latino americanos e africanos; III. falta de uma regulamentação que organizasse as atividades de cooperação, como estabelecimento de mecanismos para recrutar, capacitar e remunerar peritos nacionais para prover

cooperação; e IV. ausência de mecanismos financeiros capazes de prover fundos para custear as atividades relativas à cooperação sul-sul prestada (Oliveira e Gonçalves, 2015).

Nesse sentido a década de 1980 teve como ápice a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em 1987, como parte desse esforço de reformar as estruturas nacionais de cooperação para o desenvolvimento. Desde então, essa tendência de redução de assistência recebida e o aumento da cooperação prestada têm se mantido constante. Essa tendência seria muito acentuada a partir dos anos 2000, sobretudo no governo Lula, quando há uma verdadeira explosão de iniciativas de cooperação sul-sul, no que tange à cooperação técnica. Também há um aumento do perfil em outras modalidades como ajuda humanitária (sobretudo no Haiti), presença em operações de paz (Haiti e Líbano), perdões de dívida (diversos países africanos). O atual mapa as arquitetura institucional da Cooperação para o Desenvolvimento brasileira pode ser visto na figura abaixo:

FIGURA 1. Arquitetura Institucional de Política de Cooperação do Brasil



Fonte: Elaborada a partir de pesquisa do autor.

O incremento das atividades de cooperação sul-sul são consequência de uma nova direção da política externa do governo Lula da Silva, que foi chamada pelo

ex Ministro Celso Amorim¹ como uma política externa “ativa e ativa”² (Almeida, 2004), que tinha o objetivo de aumentar o perfil do Brasil nas relações internacionais. Para tal fim buscou reforçar os laços do Brasil com os países do sul global, ainda que, para alguns autores, em detrimento das relações com as potências do norte.

No contexto dessa evolução da cooperação sul-sul, outra modalidade na qual o Brasil tem se engajado cada vez mais é a cooperação trilateral ou triangular. A cooperação triangular ocorre quando um dos parceiros unem *expertise* e recursos para desenvolver programas mais robustos em um ou mais países em desenvolvimento (receptor). Essa prática é interessante, pois ela permite aumentar a escala dos projetos e intensificar o seu impacto (COBRADI 2005-2009 apud Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014).

No caso do Brasil, as primeiras iniciativas relacionadas à cooperação trilateral aparecem ligadas aos organismos internacionais, com mais experiência em promover cooperação técnica, dentro do modelo norte-sul. Nesse modelo, as organizações internacionais identificavam e contatavam instituições/especialistas brasileiros para atuarem em outros países. No entanto, esse modelo acabou por não ser adequado, do ponto de vista brasileiro, pois ele não se ajustava bem aos princípios da cooperação sul-sul. Estes princípios estabeleciam que a liderança dos projetos deveria estar centrada nos países em desenvolvimento que faziam parte do projeto. Deste modo, gradualmente, as atividades de cooperação trilateral começaram a ‘migrar’ para o modelo de cooperação sul-sul, sobretudo os projetos que agora, de maneira geral, envolviam países desenvolvidos e não necessariamente organizações internacionais (Corrêa, 2010; Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014).

A tendência de aumento do perfil da cooperação sul-sul brasileira foi desacelerada pelo governo Dilma, que desde o de seu primeiro mandato tem reduzido os recursos relacionados à política externa³ e, inclusive, aos programas de cooperação. O governo Dilma priorizou a agenda econômica doméstica, em detrimento da agenda externa. Nesse sentido, Di Ciommo e Amorim (2015) argumen-

1 O embaixador Celso Amorim foi Ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos do Presidente Lula da Silva entre os anos de 2003 a 2010.

2 Este termo ainda seria utilizado pelo embaixador Celso Amorim como parte do título do seu livro de memórias à frente do Ministério de Relações Exteriores no período do governo Lula da Silva.

3 Artigo de Lisandra Paraguassu no O Estado De S.Paulo de 10 Novembro 2014. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/denise-chrispim-marin/escadaria-na-penumbra/> <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,servidor-reclama-mas-itamaraty-vai-manter-politicas-imp-,1590537>

tam que, no que tange à política externa, a agenda do governo Dilma focou em uma ‘política externa de resultados’⁴, como afirmou o ex-chanceler Mauro Vieira. Essas mudanças de rumos geraram um forte impacto na agenda econômica externa, combinada à redução dos recursos voltados para à cooperação, acabaram por causar descontinuidade nos programas correntes e deteriorar esforços neste campo, em especial nos ganhos de *soft powers* do Brasil.

Entretanto, apesar do decréscimo da importância das relações exteriores no governo Dilma, é interessante notar que a ênfase no relacionamento com os países do sul global permaneceu inalterada no governo Dilma. Isso pôde ser percebido através da prioridade da América Latina na agenda externa do país (sobretudo *vis-a-vis* os Estados Unidos), na manutenção do relacionamento com a África e na política do Brasil em fóruns e coalizões como o IBAS e os BRICS.

PRINCÍPIOS E VALORES QUE BASEIAM A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL

■ O programa brasileiro de cooperação sul-sul possui uma importante característica de estabilidade; Suas motivações, princípios e valores se mantiveram quase inalterados desde o início. Se for possível notar diferenças no seu processo histórico, boa parte desse programa se remete a mudanças institucionais para adequar as atividades promovidas pelo Brasil e ao aumento ou decréscimo em sua escala. É importante notar que isso se refere à prática de cooperação sul-sul, pois no que tange ao sistema de cooperação como um todo, é necessário indicar que o modelo inicial das instituições brasileiras respeitava o modelo norte-sul, dado que o Brasil era basicamente um receptor de assistência.

Ao longo da década de 1980, contudo, houve uma revisão desse modelo, uma vez que o Brasil passou a ser mais provedor que receptor de cooperação. Como parte desse processo de revisão tem lugar a criação da ABC, em 1987, dentro da estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Do ponto de vista das motivações do Brasil, ao empreender atividades de cooperação sul-sul, uma série de questões se colocam: por que um país em desenvolvimento, com enormes desafios sociais investe recursos para cooperar na miti-

4 <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7512-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaxador-mauro-vieira-por-ocasio-da-cerimonia-de-posse-do-secretario-geral-embaxador-sergio-danese>

5 <http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/autonomia-na-dependencia-a-agencia-da-politica-externa/#.VYAyWPiViko>

gação dos desafios de outros países em desenvolvimento? E, por que esse mesmo país decide aumentar consideravelmente a escala dessa cooperação? Duas considerações são necessárias para se discutir as motivações do Brasil em implementar a cooperação sul-sul. A primeira tem a ver com o discurso oficial sobre a cooperação brasileira. A segunda, leva em conta percepções de especialistas e entrevistas feitas para essa pesquisa.

No que se refere ao discurso oficial⁶, a motivação para a cooperação sul-sul parece se basear na percepção de que apesar de o Brasil ser um país em desenvolvimento, ele tem um *status* diferenciado em relação à média dos países do sul global, pela sua trajetória e experiência. Nesse caso, o Brasil se apresentaria como uma potência emergente, com capacidade de ter um papel de protagonismo/liderança entre os países do sul.

A política de cooperação nacional tem amplo respaldo nos princípios da política externa brasileira. Entre tais princípios é relevante elencar valores mais abrangentes como valores democráticos, pacifismo e universalismo, respeito aos direitos humanos, respeito à soberania e à não intervenção – além da ideia de solidariedade⁷. Ainda, é possível identificar outro conjunto, mais específico, de princípios que também norteiam a cooperação sul-sul brasileira, como: horizontalidade, parceria (em oposição à relação doador-receptor), benefícios mútuos, não condicionalidade, de pertencimento (*ownership*), orientadas por demandas, compartilhamento de experiências, e aversão ao ‘*one size fits all approach*’ (focando em uma abordagem *tailor made*). (Di Ciommo e Amorim, 2015; Leite, Suyama, Waisbich e Pomeroy, 2014; Vazquez, 2011; COBRADI, 2005-2009).

○ BRASIL E O FUTURO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

■ Salvo um breve período recente a política de cooperação para o desenvolvimento do Brasil raramente foi vista como prioridade pela política externa, tanto

6 Discurso da Presidente Dilma (27/02/2013). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-40a-reuniao-ordinaria-do-pleno-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes>. Discurso da Presidente Dilma (25/05/2013). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-comemoracao-do-cinquentenario-da-uniao-africana>

7 Discurso da Presidente Dilma (24/09/2014). Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>

no que tange o Ministério de Relações Exteriores, assim como outros ministérios e autarquias que mantêm seus programas de cooperação e intercâmbio. Depois de um período de grande declínio e desprestígio junto ao governo federal, ainda parece ser incerto o futuro da cooperação na política externa brasileira.

O atual governo Temer, já sinalizou que uma de suas prioridades para a política exterior será o comércio internacional, e, tradicionalmente, as políticas de cooperação nacionais são consideradas incompatíveis com interesses comerciais.

Para além da “crise” que passa a cooperação brasileira, podemos identificar um bom momento de inflexão para repensar e reorganizar nossas iniciativas de cooperação. Sem querer indicar predileção por um modelo ou outro, é saudável o debate que busque um modelo que seja sustentável, eficiente e que esteja alinhado com as diretrizes da política externa brasileira. Esse debate deve passar pela redefinição das prioridades, sejam elas geográficas, setoriais e até de objetivos.

A política de cooperação para o desenvolvimento pode ser uma poderosa ferramenta de *soft power*. Através dela é possível melhorar a imagem do país em diversos níveis. Ela também pode ser útil para abrir caminhos para a política de comércio exterior nacional, seja apenas pelo maior conhecimento da estrutura logística de um dado país “receptor” como com interesses diretos em termos do ideal de (reais) benefícios mútuos.

LEONARDO PAZ NEVES é Cientista Político, Coordenador de Estudos e Debates do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e Professor no Departamento de Relações Internacionais na Faculdade IBMEC. Além disso, trabalhou junto à sessão de assuntos civis do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e foi Coordenador Executivo do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon/UCAM). Escreveu e organizou livros como “Estados fracassados e o eixo do mal na política de segurança Norte-Americana” e “O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil” tendo este último recebido o Troféu Cultura Econômica do Jornal do Comércio em 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGES, Sean W. *Brazil's International Development Cooperation: Old and New Motivations*. Development Policy Review 32 (3) May, 2014.

SARAVIA, E. *Brazil: towards innovation in development cooperation*. In: CHATURVEDI S., FUES T. & SIDIROPOULOUS E. (eds.) *Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Patterns*. London, Zed Books, 2012.

WHITE, Lyal. *Emerging powers in Africa: Is Brazil any different?*. South African Journal of International Affairs, 20:1, 2013.

MUGGAH, ROBERT e HAMANN, Eduarda Passarelli. *Le Brésil et sa généreuse diplomatie: un dragon amical ou un tigre de papier?*. Dossier: L'aide bousculée. Pays émergents et politiques globales, 3, 2012.

LEITE, Iara; SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura e POMEROY, Melissa. *Brazil's Engagement in International Development Cooperation: The State of the Debate*. Institute of Development Cooperation, 2014.

CABRAL, Lidia e WEINSTOCK, Julia. *Brazilian Technical Cooperation for Development: drivers, mechanics and future prospects*. Overseas Development Institute, 2010.

CORRÊA, Márcio Lopes. *Prática Comentada de Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia*. Brasília, Edição do Autor, 2010.

OLIVEIRA, Diógenes e GONÇALVES, José Botafogo. *Histórico e perspectivas da cooperação técnica internacional brasileira: uma visão técnica*. In: Manuel Rodolfo Otero, Mauro Márcio Oliveira, Breno Aragão Tibúrcio, Andrea Restrepo Ramírez (org.) *Agricultura e desenvolvimento rural sustentável: desafios da cooperação técnica internacional*, Brasília: IICA, 2015.

SILVA, Vera Martins da. *A regulação do Mercado Brasileiro de Trigo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992 (Campi 9).

DI CIOMMO, Mariella. *O futuro da cooperação para o desenvolvimento: o papel crescente dos doadores emergentes*. Relatório Development Initiatives, 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma Política Externa Engajada: a diplomacia do governo Lula*. Rev. Bras. Polít. Int. 47 (1): 2004, p. 162-184.